



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica submetido  
para avaliação no Edital Nº 04/2022 – AF.

**Título do projeto:** Gênero e povos originários do território nacional: como a intervenção do Estado branco violenta mulheres indígenas.

**Palavras-chave do projeto:** Mulheres indígenas; decolonialidade; gênero; machismo; violência.

**Área do conhecimento do projeto:** Ciências Humanas/História do Brasil.

## Sumário

1 Resumo	2
2 Introdução e Justificativa	2
3 Objetivos	6
4 Metodologia	7
5 Viabilidade (Opcional)	8
6 Cronograma de atividades	8
Referências	9

## 1 Resumo

Trata-se de um Projeto de Iniciação Científica (IC) vinculado ao tema de gênero associado com pensadores e pensadoras decoloniais. O objetivo deste projeto de pesquisa é aprofundar estudos sobre a organização de movimentos de mulheres indígenas no Brasil, bem como mapear e destacar a existência de tais grupos e de representantes importantes para esse movimento. Cada vez mais, grupos de mulheres indígenas de diferentes etnias têm reivindicado espaços de atuação dentro de seus próprios grupos e da sociedade brasileira, de uma forma geral, lutam para combater o machismo presente dentro de suas próprias Aldeias e também contra um racismo exercido pelo Estado através de intervenções nas sociedades tradicionais.

Este projeto será desenvolvido vinculado ao Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia.

## 2 Introdução e Justificativa

As Instituições contemporâneas (Estado, Família, Escola), tendem a estabelecer regras de convivência sociais de maneira genérica, seguindo um padrão social vigente hegemônico que dominou e domina as sociedades atuais. Tal padrão social caracteriza-se por disseminar a palavra da modernidade (e com ela, a palavra do progresso), maquiando uma segunda ideia: a ideia de uma dominação - regida e orquestrada também pela violência e silenciamento - que está em vigência desde o período colonial, ou seja, vivemos ainda sob as raízes amargas de um contexto colonial moderno e eurocentrado (DUSSEL, 2005).

A questão acentua-se quando analisadas as nuances das questões de gênero dentro de sociedades que “fogem da regra” estabelecida pelo Estado colonizador. Tais sociedades vivem de acordo com a sua cultura e a sua essência, e divergem no que tange ao significado de “modernidade” associado à uma visão europeia. Dessa forma, mulheres indígenas, por exemplo, convivem muitas vezes sob a violência de gênero, porém, recebem a “proteção” de uma legislação que não respeita suas origens e nem suas culturas, impondo regras que entram em divergência do que se pode entender como “Leis da Aldeia” (SEGATO, 2012); dessa forma, a

violência de gênero acentua-se nessas regiões devido ao racismo praticado pelo Estado branco e que atinge essas populações. Segundo Rita Laura Segato (2012):

“Da mesma forma, a colaboração com a Coordenação de Mulheres Indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na divulgação da Lei Maria da Penha contra a Violência Doméstica, levou-me à necessidade de pensar na defesa das mulheres indígenas perante a violência crescente que as vítimas em número e grau de crueldade, não só a partir do mundo branco, mas também dentro de seus lares e sob as mãos de homens também indígenas. Apresenta-se aí um dilema semelhante, pois como seria possível recorrer ao amparo dos direitos estatais sem propor a progressiva dependência de um Estado permanentemente colonizador cujo projeto histórico não coincide com o projeto das autonomias e da restauração do tecido comunitário? É contraditório afirmar o direito à autonomia e, simultaneamente afirmar que deve-se esperar que o Estado crie as leis que deverão defender os frágeis e prejudicados dentro dessas autonomias. Minha primeira afirmação nessa tarefa é que o Estado entrega aqui com uma mão aquilo que já retirou com a outra: cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia.” (SEGATO, 2012, p. 110)

A autora relata, no texto supracitado, que as violências de gênero no Mundo Aldeia se diferem das violências de gênero praticadas no Mundo Estado. Uma sociedade amparada pelas regras/legislações de um Estado branco possuem nuances e características que muitas vezes não são compatíveis com a vida de uma sociedade indígena. O que poderia causar essa diferença? Como será explicitado mais adiante e de acordo com Segato (2012), o Mundo Aldeia e o Mundo Estado possuem diferentes “graus” de patriarcado, onde, por lógica, deveriam ser estabelecidas leis anti-universalistas, específicas para cada realidade, que respeitem as características de cada lugar.

A abordagem desta pesquisa tratará da imposição de regras colonizadoras e vinculadas à uma sociedade de patriarcado de alta intensidade (SEGATO, 2012) - na qual o Estado branco tem poder para legislar - em sociedades com patriarcado de baixa intensidade (SEGATO, 2012) - sociedades indígenas e tradicionais; o contraste entre o Mundo Estado e o Mundo Aldeia geram conflitos entre os dominados e os dominadores, onde aqueles que são tidos como “O Outro” passam a ter seus corpos racializados. Num debate mais aprofundado para questões de gênero: a mulher indígena, que sofria violências de uma sociedade com patriarcado de baixa intensidade, passa a ser submetida a regras de uma intervenção Estatal que impõe leis de um patriarcado de alta intensidade, elevando as violências na Aldeia após um aumento do racismo e, consequentemente, do machismo.

Assim sendo, podemos afirmar que uma violenta modernidade disfarçada de progresso aplicada às Aldeias torna-se mais prejudicial do que progressiva. A fim de contextualizar, em algumas regiões da África se utiliza o conceito de “destruição vaginal” (SEGATO, 2012) para referir-se a ataques que muitas vezes levam à morte de mulheres, ou seja, feminicídios que acarretam no aumento da violência contra corpos femininos ou feminizados. Ao longo do tempo, a destruição vaginal tornou-se mais presente principalmente em lugares onde a democracia crescia e avançava, e não somente a democracia, mas também a modernidade e os valores eurocentrados.

Os processos de violência de gênero e, sobretudo, os feminicídios associados aos avanços da modernidade em territórios colonizados são frutos da sociedade colonial enquanto agente de uma disseminação da modernidade, que possui dois lados: O lado do avanço, do

progresso; e o lado da perversidade, onde ambos andam lado a lado e procuram unicamente a dominação de seus povos e territórios. Segundo Enrique Dussel (2005):

“Se se entende que a ‘Modernidade’ da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua ‘centralidade’ na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua ‘periferia’, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a ‘universalidade-mundialidade’. O ‘eurocentrismo’ da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonizada pela Europa como ‘centro’.” (DUSSEL, 2005, p. 30)

Ainda segundo Dussel (2005):

“Para nós, a ‘centralidade’ da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de ‘Modernidade’: são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto. A segunda etapa da ‘Modernidade’, a da Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV. A Inglaterra substitui a Espanha como potência hegemônica até 1945, e tem o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870). Esta Europa Moderna, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua ‘periferia’.” (DUSSEL, 2005, p. 29)

A Modernidade acaba sendo, no conceito de pensadores decoloniais, uma estratégia para maquiar uma violência que vai acabar sendo praticada contra povos que vivem à margem de uma sociedade tida como central, como “moderna”, ou simplesmente como única, onde as demais são somente O Outro, ou o lado periférico deste grande centro. Como será revelado neste Projeto, o avanço da Modernidade associa-se com a elaboração de uma cultura que prepara a sociedade para viver sob as leis de um Estado branco (ou colonizador); sendo assim, as obviedades das regras impostas para pessoas brancas não se aplica às populações tradicionais, como as indígenas, e geram impasses como o aumento da violência patriarcal em tais culturas. O aumento dessa violência, então, é gerado pelos parceiros indígenas? É gerado pelo homem branco? É causado pelo Estado branco?

O conflito gerado pela imposição de leis do mundo moderno em sociedades tradicionais é interpretado por Oyeronke Oyewumi como um contraste entre uma sociedade extremamente patriarcal e outras sociedades que não são patriarcais. Isso seria o suficiente para explicar que o estabelecimento de regras do Estado branco no mundo indígena contribuiria somente para um estado de anomia nessas sociedades? Segundo Oyeronke Oyewumi (2021):

“Dada a inseparabilidade entre sexo e gênero no Ocidente, que resulta do uso da biologia como uma ideologia para mapear o mundo social, os termos “sexo” e “gênero”, como observado anteriormente, são essencialmente sinônimos. Dito de outro modo: já que nas construções ocidentais os corpos físicos são sempre corpos sociais, não há realmente distinção entre sexo e gênero. Na sociedade iorubá, pelo contrário, as relações sociais derivam sua legitimidade dos fatos sociais e não da biologia. Os meros fatos biológicos da gravidez e parto importam apenas em relação à procriação, como devem ser. Fatos biológicos não determinam quem pode se tornar monarca ou quem pode negociar no mercado. Na concepção autóctone iorubá, essas questões eram questões propriamente sociais, e não biológicas; portanto, a natureza da anatomia não definia a posição social de uma pessoa. Consequentemente, a ordem social iorubá requer um tipo diferente de mapa, e não

um mapa de gênero que pressupõe a biologia como a base do social.” (OYEWUMI, 2021, p. 42)

Entende-se que, a partir das concepções de Oyewumi (2021), algumas sociedades tradicionais, como a iorubá, possuem uma diferença em relação aos brancos: as hierarquias sociais são definidas de acordo com fatores sociais, não de acordo com fatores biológicos - sugerindo que tais sociedades não possuem uma determinação direta de gênero. Rita Laura Segato, no entanto, relata que as sociedades tradicionais indígenas, ainda que menos que as sociedades brancas, possuíam e possuem uma determinação de gênero e também um certo grau de patriarcado, ainda que considerado pela autora como “um patriarcado de baixa intensidade”; mas o que justificaria o elevado número de violências de homens indígenas sendo praticadas contra suas companheiras na atualidade, seria uma intensificação desse patriarcado provocada pelos contatos com a sociedade branca. A intervenção do Estado, no entanto, que deveria diminuir esse número, o eleva ainda mais por conta da palavra da modernidade sendo levada às Aldeias, racializando os corpos do Outro e tornando o homem indígena alguém ainda mais violento, por estar submetido a regras de uma sociedade diferente da dele. Segundo Rita Laura Segato (2012):

“Uma segunda posição, no outro extremo, é a posição de algumas autoras, como María Lugones e Oyeronke Oyewumi, que afirmam a inexistência do gênero no mundo pré colonial (Lugones, 2007). Publiquei em 2003 (Segato, 2003, e republicado e inglês em 2009) uma análise crítica do livro de Oyeronke de 1997, à luz de um texto meu de 1986 que manifestava perplexidade idêntica frente ao gênero na atmosfera da civilização Yorubá, mas com conclusões divergentes. E, uma terceira posição, na qual me situo, respaldada por uma grande acumulação de evidências históricas e relatos etnográficos que confirmam, de forma incontestável, a existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afro-americanas. Esta terceira vertente identifica nas sociedades indígenas e afro-americanas uma organização patriarcal, ainda que diferente da do gênero ocidental e que poderia ser descrita como um patriarcado de baixa intensidade, e não considera nem eficaz nem oportuna a liderança do feminismo eurocêntrico.” (SEGATO, 2012, p. 116)

Dadas as configurações das sociedades de alto grau de patriarcado e aquelas com baixo grau de patriarcado, nota-se que devem ser estabelecidas leis diversas para cada lugar, uma vez que o universalismo e o anti-relativismo tornam viável o aumento das violências de gênero e raça. Para o aprofundamento de tais debates, é necessário conhecer e compreender cada vez mais as vivências de mulheres indígenas violentadas por seus parceiros e pelo Estado através de um aprofundamento do debate, analisando os discursos e práticas de movimentos de mulheres indígenas e feministas que têm atuado em torno da luta pela defesa da mulher indígena, além da comparação entre o Mundo Estado e o Mundo Aldeia (abordagens que serão contempladas ao longo desta Pesquisa).

Por fim, Montaigne (1967) explicita a relação entre europeus e o Outro:

“Assim, podemos chamá-los bárbaros com relação às nossas regras da razão, mas não com relação a nós mesmos, que os superamos em todo gênero de barbárie.” (MONTAIGNE apud. DUSSEL, 2006, p. 31)

### 3 Objetivos

Entre os objetivos deste Projeto de Iniciação Científica estão o levantamento bibliográfico de artigos, dissertações, teses e outros possíveis estudos sobre a organização de mulheres indígenas no Brasil, que têm reivindicado mais espaços de atuação dentro de seus próprios grupos étnicos e da sociedade brasileira, de uma forma geral, e lutado contra processos de violência de gênero que as atingem, considerando as especificidades próprias desses grupos, como apresentado na introdução. Este levantamento de bibliografia será realizado em conjunto e com apoio da professora orientadora da pesquisa.

Além do estudo da bibliografia referente a esse tema, pretende-se mapear a existência e atuação de algumas dessas associações de mulheres indígenas nos últimos dez anos, no Brasil, bem como de representantes importantes para esse movimento. Há, por exemplo, a ANMIGA - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade<sup>1</sup> - que tem divulgado suas ações através da Internet e de redes sociais. Já ocorreram também, nesse mesmo período (última década) duas Marchas Nacionais de Mulheres Indígenas<sup>2</sup>, a primeira em 2019 e a segunda em 2021.

Através da leitura de documentos e textos produzidos por essa associação,<sup>3</sup> entre outros grupos possíveis e mulheres representantes do movimento indígena que pretende-se mapear e elencar no desenvolvimento dessa pesquisa, pretende-se articular as discussões bibliográficas iniciadas aqui, que serão também aprofundadas, com as informações reunidas a partir do discurso das próprias mulheres indígenas brasileiras, no período já indicado, sobre as violências que sofrem tanto em seu convívio social particular, quanto relativas ao Estado e aos processos de racialização e exclusão a que foram submetidas.

Em um pré-levantamento, foram identificadas também a AGIR (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia), a AMIMA (Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão), a Amazônia Real, entre outros grupos possíveis de entrarem no estudo.

Outra fonte de informação já mapeada e que será analisada no decorrer do projeto de pesquisa é o ISA - Instituto Socioambiental, através da publicação - Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil, disponível no acervo online do Instituto (acesso em 24/06/2022): <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organicoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>.

Além dos estudos acima citados, serão realizados estudos de análise de jornais e mídias brasileiras acerca do desaparecimento da comunidade Yanomami e estupro de uma garota de 12 anos da comunidade Yanomami em abril de 2022, próximo à Aracaçá (Roraima). Nesta análise, serão comparadas as maneiras como homens brancos e homens indígenas estão enfrentando a situação do estupro de uma menina yanomami por garimpeiros ilegais da região de Roraima, a fim de ressaltar as diferenças e contrastes entre os níveis do patriarcado da sociedade moderna e as sociedades indígenas.

---

<sup>1</sup> Site da associação (acesso em 24/06/2022): <https://anmiga.org/>

<sup>2</sup> Informações sobre as duas marchas de mulheres indígenas podem ser vistas nos seguintes sites (acesso em 24/06/2022):

<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/><https://apiboficial.org/2021/09/07/ii-marcha-nacional-das-mulheres-indigenas-nao-lutar-com-a-mesma-arma-do-inimigo-nao-significa-que-estamos-desarmados/>

<sup>3</sup> Disponíveis no site da associação: <https://anmiga.org/>

Para complementar o estudo de identificação do posicionamentos de lideranças indígenas, haverá uma busca por podcasts e redes sociais que entrevistem lideranças indígenas e mulheres indígenas que estão em posições de poder, tal como Sônia Guajajara (liderança indígena que entrou para a lista de 100 pessoas mais influentes da Revista *Time*), e o que dizem tais lideranças sobre a questão da violência indígena de gênero e suas interseccionalidades.

Este Projeto de Iniciação Científica volta-se então ao estudo dos conflitos de leis brancas em sociedades não-brancas, visto que tal intervenção se dá de maneira colonizadora e seguindo um molde da modernidade, gerando aumentos nos casos de violências de mulheres indígenas e seus parceiros a partir da racialização de seus corpos.

## 4 Metodologia

Levantamento, estudo e análise de bibliografia. Mapeamento, identificação e descrição dos grupos e mulheres encontradas. Produção de relatório final com proposição de reflexões e hipóteses a partir da análise conjunta da bibliografia com os dados levantados sobre a luta recente das mulheres indígenas, no Brasil.

A pesquisa a ser realizada tem como meta central ser uma pesquisa decolonial voltada para a área de gênero, havendo a necessidade, portanto, de um foco para além da teoria e do referencial bibliográfico. Dessa maneira, ela será dividida em três eixos centrais, sendo eles:

**1. Análises de materiais e referenciais bibliográficos:** dos autores e autoras a serem pesquisados para coleta de material bibliográfico, destacam-se:

- CRENSHAW, K. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Revista Estudos Feministas, Salvador, Brasil, 2002;
- DUSSEL, E. *Europa, Modernidade e Eurocentrismo*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005;
- GOMES, C. M. *Gênero Como Categoria de Análise Decolonial*. Civitas - Dossiê: Gênero e Sexualidade, Porto Alegre, Brasil, 2018;
- LASMAR, C. *Mulheres Indígenas: Representações*. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, Brasil, 1999;
- LUGONES, M. *Colonialidad Y Género*. Tabula Rasa, Bogotá, Colômbia, 2008;
- LUGONES, M. *Rumo A Um Feminismo Decolonial*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, Brasil, 2014;
- OYEWUMI, O. *A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano Para os Discursos Ocidentais de Gênero*. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, Brasil, 2021;
- PACHECO, A. C. L. *Mulheres Racializadas no Sul da Bahia: Mapeando Colonialidades de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade*. Em Tese, Florianópolis, Brasil, 2022;
- PAREDES, J. *Hilando Fino Desde El Feminismo Comunitario*. Creative Commons, La Paz, Bolívia, 2010;
- SACCHI, A. *Gênero e Povos Indígenas*. Museu do Índio - FUNAI, Brasília, Brasil, 2012;
- SEGATO, R. *Gênero E Colonialidade: Em Busca De Chaves De Leitura E De Um Vocabulário Estratégico Descolonial*. E-Cadernos CES, Volume 18, Coimbra, Portugal, 2012.

2. **Pesquisa de material midiático:** mapeamento das associações de mulheres indígenas que vem lutando por reconhecimento nos últimos anos (ANMIGA, AGIR, AMIMA, Amazônia Real, ISA); de textos e documentos produzidos por esses grupos (cartas, manifestos, entrevistas); busca por *podcasts* e redes sociais que evidenciem o posicionamento de lideranças indígenas acerca dos debates que vêm ocorrendo; estudo aprofundado do caso Yanomami através da comparação entre diversas mídias.
3. **Sistematização do Relatório Final:** formação final da coleta de dados associados com os estudos bibliográficos e elaboração de um relatório final para ser compartilhado com o NEG (Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia) e apresentado em seminário.

## 5 Viabilidade (Opcional)

Não se aplica.

## 6 Cronograma de atividades

- **Etapa 1 - Análises de materiais e referenciais bibliográficos:**
  - a. **Etapa 1.a:** Leitura das seguintes referências:
    - Rita Segato - Gênero E Colonialidade: Em Busca De Chaves De Leitura E De Um Vocabulário Estratégico Descolonial;
    - Enrique Dussel - Europa, Modernidade e Eurocentrismo.
    - Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil, disponível no acervo online do Instituto (acesso em 24/06/2022):  
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>
  - b. **Etapa 1.b:** Leitura das seguintes referências:
    - Kimberle Creenshaw - A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero;
    - Oyeronkê Oyewumi - A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano Para os Discursos Ocidentais de Gênero.
  - c. **Etapa 1.c:** Leitura das seguintes referências:
    - Ângela Sacchi - Gênero e Povos Indígenas.
- **Etapa 2 - Pesquisa de material midiático e análise de materiais e referenciais bibliográficos:**
  - a. **Etapa 2.a:** Leitura das seguintes referências:
    - María Lugones - *Colonialidad Y Género*;
    - María Lugones - Rumo a Um Feminismo Decolonial.

E análise e mapeamento dos movimentos dos últimos anos da ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) e da AGIR (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia).

- b. **Etapa 2.b:** Leitura das seguintes referências:



- Cristiane Lasmar - Mulheres Indígenas: Representações;
- Julieta Paredes - *Hilando Fino Desde el Feminismo Comunitario*.

E análise e mapeamento dos movimentos dos últimos anos da AMIMA (Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão), da Amazônia Real e do ISA (Instituto Socioambiental).

**c. Etapa 2.c:** Leitura das seguintes referências:

- Ana Claudia Lemos Pacheco - Mulheres Racializadas no Sul da Bahia: Mapeando Colonialidades de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade;
- Camilla de Magalhães Gomes - Gênero Como Categoria de Análise Social.

E análise e mapeamento de *podcasts* e redes sociais que evidenciem o posicionamento de lideranças indígenas acerca dos debates que vêm ocorrendo, sobretudo no caso Yanomami - levantamento de dados sobre o posicionamento de diversas mídias sobre o tema.

• **Etapa 3 - Sistematização das informações e elaboração do relatório final:**

- Etapa 3.a:** reunião da coleta de dados e das referências bibliográficas;
- Etapa 3.b:** início da elaboração do Relatório Final a partir das impressões coletadas e elaboração de uma conclusão do estudo;
- Etapa 3.c:** Conclusão e entrega do Relatório Final.
- Etapa 3.d:** Compartilhar os aprendizados e resultados da pesquisa com integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia através da participação em atividades/seminários do Núcleo.

Tabela 1 – Exemplo de cronograma de atividades previstas

Etapa	Mês											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1.a.	X											
1.b.	X	X										
1.c.		X	X	X								
2.a.			X	X	X							
2.b.					X	X	X	X				
2.c.						X	X	X	X			
3.a.									X	X		
3.b.									X	X	X	X
3.c.											X	X
3.d.												X

## Referências

DUSSEL, E. *Europa, Modernidade e Eurocentrismo*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005.

OYEWUMI, O. *A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano Para os Discursos Ocidentais de Gênero*. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, Brasil, 2021.

SEGATO, R. *Gênero E Colonialidade: Em Busca De Chaves De Leitura E De Um Vocabulário Estratégico Descolonial*. E-Cadernos CES, Volume 18, Coimbra, Portugal, 2012.